

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS

Raquel Elane dos Reis Alves*

RESUMO: O presente texto tece uma reflexão situada no contexto educacional brasileiro, sobre as contribuições e desafios da educação à distância. Pretende-se, com esse estudo, compreender o que é essa modalidade, seu objetivo e como se viabiliza. O tema será trabalhado de acordo com as políticas públicas vigentes, e chamando a atenção para importantes aspectos como: os critérios para sua implementação, a democratização desse espaço, a qualidade da proposta pedagógica e a dos materiais de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: educação à distância. Suporte tecnológico. Proposta pedagógica.

ABSTRACT: The text is a reflection that takes place in the Brazilian educational context. It is about the contributions and challenges of long distance education. The intention of this study is to understand what type of education it is, what its objective is and how to make it come true. The subject will be focused according to the valid public policies, paying attention to important aspects: implementation criteria, democratization of that space, quality of the educational proposal and teaching materials.

KEYWORDS: long distance education. Technological support. Educational proposal.

A globalização tem contribuído para intensas transformações sociais, principalmente por meio do uso das tecnologias de comunicação. Cria-se novos estilos de vida, de consumo e novas maneiras de se ensinar e aprender, já que existe toda uma dinâmica social influenciando a conduta dos indivíduos e o acesso às novas Tecnologias de Informação e Comunicação facilita o contato com outras culturas. Essa mesma tecnologia,

* Pedagoga, aluna especial do Mestrado em Educação e do Curso de Especialização em Inspeção Escolar da Universidade Federal de Uberlândia.

utilizada na globalização de informações, é aplicada na educação à distância e em cursos semi-presenciais, por meio de programas de televisão, rádio, correio eletrônico, e outros produtos multimídia.

O Decreto nº. 2.494/98 do Ministério da Educação e Cultura faz entender que “educação à distância é uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação”. Ou seja, o ensino se dá através de suportes técnicos apropriados para isso, sem a presença obrigatória do aluno e professor num mesmo espaço e tempo. Mas a Lei não faz referência ao termo semi-presencial que caracteriza cursos com atendimento à distância, mas que possuem momentos de encontros entre alunos e tutores em espaço real. Apesar dessa suposta diferença, o Art.7º do mesmo Decreto é claro ao exigir que a avaliação para fins de promoção, certificação ou diplomação na educação à distância será realizada por meio de exames presenciais, deixando, assim, uma lacuna na distinção entre os termos utilizados.

No Brasil, foram criados diversos cursos técnico-profissionalizantes e de graduação que, utilizando essa modalidade, deram oportunidade a uma parcela da população que, até então, não tivera acesso a esses estudos, e devido às mudanças sócio-econômicas sentiram a necessidade de se adequar aos novos requerimentos do perfil profissional reclamados pelo mundo do trabalho. Nesse sentido, Belloni afirma que:

As sociedades contemporâneas e as do futuro próximo, nas quais vão atuar as gerações que agora entram na escola, requerem um novo tipo de indivíduo e de trabalhador em todos os setores econômicos: a ênfase estará na necessidade de competências múltiplas do indivíduo, no trabalho em equipe, na capacidade de aprender e de adaptar-se a situações novas. Para sobreviver na sociedade e integrar-se ao mercado de trabalho do século XXI, o indivíduo precisa desenvolver uma série de capacidades novas: autogestão (capacidade de organizar seu próprio trabalho), resolução de problemas, adaptabilidade e flexibilidade diante de novas tarefas, assumir responsabilidades e aprender por si próprio e constantemente trabalhar em grupo de modo cooperativo e pouco hierarquizado. (2001, p. 5).

A necessidade de formar indivíduos com todas essas habilidades requer um aumento na qualidade do ensino em todos os níveis. A atual

organização do ensino enfrenta algumas dificuldades em fazer esse atendimento, principalmente no ensino fundamental e médio da rede pública já que, na maioria das vezes, é nessas instituições que se encontram salas superlotadas, dificultando um processo de ensino voltado para o desenvolvimento integral do aluno. De acordo com Niskier,

[...] o sistema convencional de ensino tem diversas desvantagens, tais como: tratamento homogêneo dispensado a todos os alunos, o que dificulta que cada aluno siga o seu próprio ritmo, uso de métodos pontuais de avaliação do aprendizado na forma de provas e teste, baixo rendimento escolar, heterogeneidade de rendimento escolar entre as escolas situadas em regiões mais desenvolvidas e aquelas situadas em regiões mais carentes do país. (1999, p. 16).

Por sua vez, a modalidade à distância além de beneficiar alunos do ensino fundamental e médio, tem favorecido os próprios profissionais da educação com formação e qualificação de professores em exercício, seja através de instituições legalmente credenciadas, programas de rádio e TV, aparelhos de multimídia, informática ou correio eletrônico. Além disso,

[...] outra vantagem do ensino à distância resulta da combinação que este propicia entre os processos de educação e de comunicação de massa, permitindo o alcance de um grande número de pessoas e grupos, pela possibilidade de utilização de variados recursos didático-tecnológicos tais como: ensino por correspondência, programas radiofônicos e de TV educativa com recepção aberta ou controlada, videotextos e programas de *softwares* educativos. A adaptação ao ritmo próprio de aprendizagem de cada aluno e o estímulo à aprendizagem autônoma constituem benefícios da educação à distância para todos aqueles que já estão engajados no mundo do trabalho [...]. Utilizando-se de uma abordagem interdisciplinar do currículo [...] a [educação à distância] EAD favorece mudanças no campo pedagógico e social, funcionando como motor do desenvolvimento, à medida que rompe as barreiras de espaço e tempo [...]. (NISKIER, 1999, p. 17).

Com o incentivo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, mais especificamente no Art. 80, quanto ao “desenvolvemento

to e a veiculação de programas de ensino à distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”, houve a necessidade de se estabelecer critérios que viabilizassem essa iniciativa. O primeiro foi o Decreto nº. 2.494/98 que regulamenta o Art. 80 e chama a atenção para procedimentos importantes em seu Art. 2º, prevendo o oferecimento de diplomas ou certificados de conclusão de curso somente por instituições especificamente credenciadas para esse fim, nos termos desse Decreto e no que dispõem as normas da legislação específica. E, caso ocorra irregularidade por parte da instituição, ela se torna passível de investigação, processo administrativo e até seu descredenciamento.

Com o objetivo de normatizar o funcionamento dessas instituições, a Portaria nº. 301/98, levará em conta, entre outros, os objetivos institucionais, os dados sobre a estrutura do curso e as instalações físicas, destacando salas para atendimento aos alunos, laboratórios, biblioteca atualizada e informatizada, com acervo de periódicos, livros, fitas de áudio, vídeo, equipamento para teleconferência, equipamento de informática, linhas telefônicas para acesso a redes de informação e discagem gratuita, além de aparelhos de fax à disposição de tutores e alunos. Concluída a análise, uma comissão recomendará ou não o credenciamento da instituição e, de acordo com o Art. 2º § 4º do Decreto 2.494/98, esse credenciamento e a autorização dos cursos serão limitados a cinco anos, podendo ser renovados após avaliação.

Ao acreditar que a educação é um dos caminhos para diminuir as desigualdades sociais, deve-se levar em consideração que uma das metas a ser atingida é a formação de profissionais capazes de atuar com competência. Existe um grande contingente de professores com baixa qualificação profissional e que, dificilmente, terá acesso ao nível superior (não consegue entrar numa universidade pública, não está em situação econômica favorável ao custeio de cursos particulares e, algumas vezes, não encontra condições para conciliar o trabalho, os afazeres domésticos, a família e os estudos), comprometendo a qualidade do ensino.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional instituiu a Década da Educação a iniciar um ano a partir da publicação da Lei, ou seja, a partir do dia 20 de dezembro de 1997. Essa ação foi importante para chamar a atenção do poder público e da sociedade para a questão da educação, principalmente em relação à formação dos profissionais do magistério. Consta no Art. 87 § 4º que, até o fim da Década da Educação, somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço. Surge, então, a necessidade de se

propor ações que atendessem a nova exigência, fez-se necessário pensar a educação para além do espaço escolar, e a educação à distância, torna-se, assim, um meio para viabilizar o processo de formação superior dos docentes em situação emergencial.

Para organizar ações, deliberar políticas e diretrizes a essa modalidade, o Ministério da Educação e Cultura criou a Secretaria de Educação à Distância/SEED que, desde então, desenvolve alguns programas a nível nacional, tais como Paped, Proinfo, TV Escola, Rádio Escola e Proformação.

A Secretaria de Estado da Educação, em Minas Gerais, implementou um curso que utiliza a modalidade de educação à distância para formar o profissional preparado para atuar nos anos iniciais do ensino fundamental. Esse projeto recebeu o nome de **Veredas – formação superior de professores**, “voltando-se para uma das prioridades do Governo Estadual, que é garantir escola pública de boa qualidade para todos como forma de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e solidária.” (MEC, 2004). Nesse sentido, o Projeto Veredas tem, entre outros, três objetivos importantes: “habilitar os professores da rede pública de educação em Minas Gerais de acordo com a legislação vigente, elevar o nível de competência profissional dos docentes em exercício e valorizar a profissionalização docente.” (PROEX, 2004).

Caracterizando-se como formação em serviço, o curso (**Veredas**) será desenvolvido em parceria com instituições de ensino superior — Agências Formadoras (AFOR) — estimulando uma colaboração entre as redes de ensino básico e superior, além de permitir aos cursistas a vivência no ambiente universitário.

Porém, não bastam políticas que se restrinjam a credenciar instituições e definir requisitos para exames, e registros de diplomas relativos a programas de educação à distância e cursos semi-presenciais. Deve-se pensar que

[...] o desafio permanente da educação à distância consiste em não perder de vista o sentido político original da oferta, em verificar se os suportes tecnológicos utilizados são os mais adequados para o desenvolvimento dos conteúdos, em identificar a proposta de ensino e a concepção de aprendizagem subjacente e em analisar de que maneira os desafios da “distância” são tratados entre alunos e docentes e entre os próprios alunos. Nenhum bom programa de educação à distância resolveu da melhor ma-

neira, mesmo empregando tecnologia de ponta, a convivência dos estudantes em um “campus real” ou a longa e produtiva conversaçãoface a face com um docente. Nem esse é um desafio a que se propõe. O verdadeiro desafio continua sendo seu sentido democratizante, a qualidade da proposta pedagógica e de seus materiais. (LITWIN, 2001, p. 21).

De acordo com a citação, alguns aspectos devem ser observados: a democratização — desafio esse que Litwin (2001) lança três questões de tipo político,

A oferta está aumentando como resposta a um crescimento da demanda ou é ela que gera uma nova demanda? Os espaços educacionais estão sendo democratizados, de forma a permitir que setores que antes não tinham acesso à educação passem a ter? Novos espaços estão sendo criados, promovendo, por sua vez novas marginalizações? (p. 20)

Percebe-se aqui duas preocupações: a primeira, com a grande quantidade de instituições que oferecem o ensino à distância e, que pode estimular a evasão do ensino convencional por parte dos alunos. Um dos atrativos dessa modalidade é a comodidade que o estudante tem em organizar seus estudos de acordo com seu tempo e não precisar sair de casa. Por outro lado, chama-se a atenção para o fato de que uma parcela significativa da sociedade não tem tido acesso ao sistema convencional de ensino, e recorre ao não-presencial. A segunda preocupação é que ao se falar em cursos à distância logo se pensa no uso de novas tecnologias, isso para que os alunos possam trocar informações entre eles e com o tutor, o que requer tempo de estudo e suporte tecnológico que medie esse intercâmbio. É importante que a instituição, ao oferecer esse ensino, garanta condições e estrutura de suporte técnico (TV, Internet, e-mail, telefone com ligação e fax gratuitos, correio, e outros) à disposição tanto do professor quanto do aluno, evitando os estudos isolados, a desistência do educando do programa e a marginalização daqueles que não têm acesso particular a essas tecnologias.

Em relação à qualidade da proposta pedagógica e aos materiais, é importante questionar que tipo de sujeito o programa deseja formar. Não se pode pensar somente nos meios e materiais, mas também na concepção de homem e sociedade em que ele estará inserido, tendo sempre

como base o objetivo de formar um sujeito que saiba interagir em diferentes contextos, criativo e com capacidade de pensar e agir sobre sua realidade.

O material didático, segundo Mafra (2003), deve ser elaborado por especialistas em educação, tecnologia educacional, comunicação social e multimídia, isso para que o aluno possa ter acesso significativo a um banco de informações, além de estabelecer uma relação de diálogo entre o estudante e o autor, o professor, suas experiências e sua vida, mediante o processo de aprendizagem. Outro aspecto de relevância remete-se ao avanço tecnológico, que aumenta as possibilidades de acesso a uma multiplicidade de material bibliográfico e, segundo Soletic (2001), coloca um problema adicional

É necessário assegurar-se de que os materiais de leitura selecionados para um curso respeitem certos critérios básicos; por exemplo, que sejam centrais em relação aos conteúdos da disciplina referida; que sejam acessíveis e legíveis em termos das possibilidades de compreensão dos alunos [...]; que se articulem em uma proposta unitária e não fragmentada; que se evite, ao selecionar capítulos isolados, desvirtuar o sentido de um texto completo; que se expressem posições atualizadas no contexto disciplinar, as quais gozem de reconhecimento da comunidade científica de referência. (p. 77).

Por trás de cada material, deve haver uma reflexão e discussão acerca de que conteúdos são os mais adequados para cada disciplina, quais as fontes bibliográficas colocadas para pesquisas e, no decorrer do curso, deve-se atentar para as informações que os alunos oferecerem sobre a qualidade dos materiais de estudo, a fim de se fazer mudanças caso necessário.

Se o desafio da educação à distância gira em torno do acesso, permanência, proposta pedagógica e materiais oferecidos aos alunos, deve-se observar também que o tutor tem papel fundamental nesse processo de formação. Mas quem é o tutor na educação à distância? Que competências deve ter e quais as suas funções e responsabilidades? Para Maggio (2001),

[...] nas perspectivas pedagógicas mais atuais, alimentadas pelo produto de trabalhos de pesquisa no campo da didática, o docen-

te cria propostas de atividades para a reflexão, apóia sua resolução, sugere fontes de informação alternativas, oferece explicações, favorece os processos de compreensão; isto é, guia, orienta, apóia, e nisso consiste seu ensino [...]. (2001, p. 96).

O tutor, então, é aquele que tem o papel de acompanhar e apoiar os estudantes. Ele necessita possuir conhecimento do conteúdo, habilidade de comunicação, domínio das tecnologias e conhecimento do processo de avaliação. Deve participar, junto à equipe pedagógica, do planejamento e da realização do curso podendo, assim, avaliar todo o percurso e fazer as alterações necessárias para alcançar seu objetivo — formar indivíduos para um contexto social, político e econômico em constantes mudanças — e, para tanto, é necessário um profissional reflexivo e que saiba trabalhar em equipe.

Com base nisso, entendemos que o professor/tutor é um mediador entre o aluno e os saberes, alguém que deve abrir espaço para discussão e interação; apresentar subsídios para apropriação do conhecimento, bem como levar o aluno a refletir sobre suas respostas e aquelas apresentadas por outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, de acordo com tudo o que foi exposto, percebemos algumas contribuições e desafios remetidos à educação à distância. Vimos que ela está amparada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394, de 1996, e pretende promover o crescimento pessoal e profissional de uma grande parcela da sociedade, por meio de um suporte técnico capaz de chegar a diferentes espaços e tempos.

No entanto, os recursos tecnológicos não são suficientes para promover as aprendizagens pretendidas. Segundo Litwin (2001), as propostas de implementação do ensino à distância não respondem a um modelo rígido, mas caracterizam-se pela utilização de uma multiplicidade de recursos pedagógicos. É importante lembrar que a qualidade desse programa não pode ser definida apenas pelos suportes técnicos, mas pelo conteúdo desenvolvido e a uma proposta de ensino que utilizará esses suportes pra facilitar o encontro entre colegas e a relação com o tutor, a fim de se gerar uma aprendizagem significativa. Por não se tratar de um ensino em sala de aula, face a face com o professor, deve-se criar condições de haver uma comunicação bidirecional entre os sujeitos, construindo

do relações interativas e distanciando-se da idéia de que o ensino à distância, que coloca informações à disposição do aluno, é um depósito de conhecimentos prontos. Ao contrário, ele reforça o respeito à individualidade, ao ritmo e às necessidades de cada educando.

Por fim, identificamos a educação à distância como uma das vias de acesso a uma população há tempos marginalizada, e se bem estruturada, possibilita o atendimento irrestrito e com qualidade. É preciso refletir um pouco mais sobre essa modalidade de ensino e sua contribuição, rever e reverter o que não está sendo desenvolvido com seriedade, para que se possa atingir uma de suas principais finalidades: o crescimento pessoal e profissional. Porque como bem diz Mafra (1998, p. 154), o ensino à distância “se constitui em uma forma inquestionável de democratização da educação, do saber, do conhecer, do questionar, do participar, da perspectiva do exercício consciente da cidadania”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELONI, Maria Luiza. **Educação à distância**. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2001.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei 9.394 de 1996. Brasília: MEC/ SEF, 1996.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.
- Educação à distância. Disponível em <<http://www.mec.gov.br/seed/default.shtm>>. Acesso em: 18 jul.2004
- KAWAMURA, Lili. **Novas tecnologias e educação**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1990.
- LITWIN, Edith. (Org.). **Educação à distância: temas para o debate de uma agenda educativa**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- LÜDKE, Menga. ANDRÉ, Mari E. D. A. A pesquisa qualitativa em educação: **abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1996.
- MAFRA, Mário Sérgio. Educação à distância – conceitos e preconceitos. In: SILVA, Eurides Brito. (Org). **A educação básica pós-LDB**. 1. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003, p. 141-167.
- MAGGIO, Mariana. O tutor na educação à distância. In: LITWIN, Edith. (Org.). **Educação à distância: temas para o debate de uma agenda educativa**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 94-109.
- NISKIER, Arnaldo. **Educação à distância: a tecnologia da esperança**.

São Paulo: Loyola, 1999.

PROJETO VEREDAS. Disponível em <<http://www.proex.ufu.br/veredas>>.

Acesso em: 18 jul. 2004.

SOLETIC, Angeles. A produção de materiais escritos nos programas de educação à distância: problemas e desafios. In: LITWIN, Edith. (Org.).

Educação à distância: temas para o debate de uma agenda educativa. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 74-92.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

TRIVIÑOS, A. N. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1992.